

RELATÓRIO E CONTAS

2023

easypay

simple

Set

Índice

I - RELATÓRIO DE GESTÃO:

- a) A evolução da gestão da sociedade durante o exercício de 2023, em especial no que se refere às condições do mercado, aos investimentos, aos custos, aos proveitos e às atividades de investigação e desenvolvimento;
- b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício;
- c) A evolução previsível da sociedade;
- d) O número e o valor nominal das quotas próprias adquiridas ou alienadas durante o período, a fração do capital subscrito que representam, os motivos desses atos e o respetivo preço, bem como o número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas próprias detidas no fim do período;
- e) Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada;
- f) A existência de sucursais da sociedade;
- g) Os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros.
- h) Outras matérias.

Em cumprimento das disposições legais em vigor, a Gerência da **easypay** apresenta o seu relatório de gestão e os documentos de prestação de contas referente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2023.



INTRODUÇÃO

A **easypay** é uma instituição de pagamento licenciada e supervisionada pelo Banco de Portugal, que se encontra autorizada a prestar serviços de pagamento em todos os países da zona SEPA.

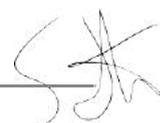
A **easypay** é uma empresa de referência no mercado nacional de serviços de pagamento no segmento B2B, permitindo às empresas e empresários em nome individual receber os seus pagamentos através de uma única plataforma e de vários instrumentos de pagamento, como por exemplo, as referências Multibanco, MB Way, o Débito Direto SEPA, os Cartões Visa e Mastercard, o Santander Consumer Finance e o Universo Flex, contribuindo com soluções inovadoras, flexíveis e simples para o crescimento dos negócios dos seus clientes, assegurando ainda serviços de consultoria a todo o tipo de empresas que procuram a melhor solução para gerir e receber os pagamentos do seu negócio, apresentando soluções customizadas.

Em 2023 identificando várias oportunidades de mercado e focando-se na sua estratégia de inovação a Easypay reforçou a aposta em novos plugins para plataformas de ecommerce como a VTEX e WIX, e novos plugins para softwares de faturação, como o Cegid Primavera. Para além disso, foi lançada uma nova solução de pagamentos - o Pay by Link - com o objetivo de facilitar as cobranças de faturas (contribuindo para a digitalização dos pagamentos nos negócios offline) e para pequenos negócios.

- a) A evolução da gestão da sociedade durante o exercício de 2023, em especial no que se refere às condições do mercado, aos investimentos, aos custos, aos proveitos e às atividades de investigação e desenvolvimento

MERCADO

O mercado dos pagamentos em 2023 continuou a evoluir e a adaptar-se às mudanças tecnológicas e às necessidades dos comerciantes e dos consumidores. O comércio eletrónico continuou a crescer significativamente, impulsionado pela conveniência e segurança das compras online e, houve também um crescimento acelerado de adoção de pagamentos digitais em todas as áreas de negócio (em negócios online e offline). Verificou-se também um crescimento de plataformas e sistemas com integração de soluções de pagamentos, que potenciaram o negócio das fintechs.



verificou-se também um crescimento da utilização de wallets digitais, que permitem reduzir a fricção no pagamento e a redução da taxa de abandono dos carrinhos de compras, elementos essenciais nos negócios de e-commerce.

A ATIVIDADE DA EMPRESA

O ano de 2023 caracterizou-se por uma estratégia comercial focada no aumento do número de meios de pagamento dos comerciantes, oferecendo uma experiência de pagamento mais flexível e de maior satisfação do consumidor que fica com mais alternativas de pagamento, podendo escolher a que melhor se adapta à sua preferência. Nesse sentido, foi feito um esforço de cross-selling para incluir os meios de pagamento mais inovadores, como o Buy Now Pay Later (Universo Flex) e o Crédito Online (Santander Consumer Finance) e a Transferência Bancária com IBAN Digital. Este último foi incluído em vários plugins de softwares de facturação com o objetivo de responder a uma das maiores necessidades do mercado: simplificação e redução de tempo e esforço de reconciliação bancária. Para além disso, foram desenvolvidas novas parcerias comerciais com agentes de e-commerce, integradores e empresas de softwares (de várias áreas de negócio), cujas soluções de pagamento da easypay se tornaram uma forte vantagem competitiva. Manteve-se o foco na captação de clientes relevantes através de uma oferta de soluções de pagamento mais abrangentes.

A **easypay** continuou a sua aposta no comércio online, ao desenvolver novos plugins para plataformas de ecommerce como a VTEX, Wix, E-pages, e relançando outros plugins com inovações que seguem os melhores padrões do mercado (por ex. Woocommerce)

Em 2023 mantendo a estratégia de inovação no mercado dos serviços de pagamentos a Easypay a easypay lançou o Pay By Link, o plugin de pagamentos para o excell/google sheets e outras soluções inovadoras. Neste contexto, a **easypay**, em 2023, processou 5.5 milhões de operações de pagamento correspondentes a um volume de transações de, aproximadamente, 398 milhões de euros.



A empresa continuou a sua estratégia de desenvolvimento de uma organização interna adequada e consistente com as exigências e melhores práticas do setor de atividade, com especial ênfase no desenvolvimento e investimento numa capacidade tecnológica ímpar no mercado Português, com na reestruturação da respectiva unidade de estrutura em termos de recursos humanos e de organização interna.

A guerra na Ucrânia e o aumento significativo da inflação não produziram alterações dignas de relato na atividade da empresa no exercício de 2023, nem se prevê que se venham a produzir no exercício de 2024.

Os resultados operacionais (EBIT) ascenderam a 614 243,83 € e o Resultado Líquido do exercício foi de 462 356,41 €.

b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que devam ser relatados.

c) A evolução previsível da sociedade

Em 2024 a **easypay** continuará a apostar na adoção da sua solução de checkout aplicada a todos os softwares de faturação e aplicações de ecommerce, por forma a que as soluções cada vez mais digitalizadas simplifiquem e assegurem que as empresas tenham acesso aos meios de pagamento preferidos dos seus clientes e que promovem uma redução da fricção do pagamento e, no caso do e-commerce, uma redução da taxa de abandono do carrinho de compras. Para além disso, manter-se-á o foco na simplicidade de integração, quer seja por API, checkout easypay ou plugins e módulos, conscientes que é uma das maiores vantagens competitivas que uma fintech poderá ter. A easypay garante continuamente que as soluções de pagamento que disponibiliza estão , adaptadas às necessidades do mercado, promovendo o crescimento dos negócios.

Uma das missões da **easypay** é continuar a acelerar a transição digital, identificando setores e segmentos onde possa ser exponenciada. O objetivo é fazer com que Portugal continue na vanguarda da transição digital.

d) Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada



A easypay como consequência dos sucessivos exercícios de resultados positivos e não obstante os diversos investimentos efetuados apresenta uma situação muito positiva de capitais próprios que se cifram em 1 365 339,30€, com constituição integral da reserva legal e que no essencial é composta por resultados positivos acumulados, cumprindo integralmente com as exigências em matéria de fundos próprios.

Neste contexto, a gerência propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício:

- a) distribuição aos sócios de um valor total de 350 000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) a título de distribuição de resultados do exercício.

- b) atribuição aos trabalhadores a título de participação nos lucros da empresa, de acordo com o regime previsto no artigo 236º do Orçamento do Estado para 2024, aprovado pela Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro e verificando-se que a valorização nominal das remunerações fixas do universo dos trabalhadores da Easypay em 2024 é superior a 5%, por via de gratificação de balanço, o montante global máximo líquido de 65 000,00€ (sessenta e cinco mil euros) sendo da competência da gerência definir o montante individual a atribuir e a pagar a cada trabalhador.

- c) transferência para a conta de resultados transitados a quantia de 47 356,41€ (quarenta e sete mil trezentos e cinquenta e seis euros e quarenta e um cêntimos).

De salientar que mesmo após a distribuição proposta o nível dos capitais próprios, situar-se-á num montante superior a 900 milhares de euros.

- e) A existência de sucursais da sociedade

A empresa não tem sucursais estando toda a operação centralizada na sua sede em Lisboa.

- f) O número e o valor nominal das quotas próprias adquiridas ou alienadas durante o período, a fração do capital subscrito que representam, os motivos desses atos e o respetivo preço, bem como o número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas próprias detidas no fim do período



A sociedade não é titular de quotas próprias nem foram efetuadas durante o exercício de 2023 quaisquer transações sobre quotas próprias.

- g) Os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros.

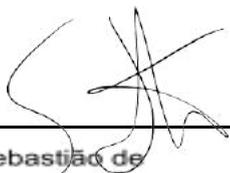
Quanto à matéria de riscos, em especial riscos financeiros, não há nada a sublinhar considerando que as políticas de gestão de risco são suficientes e ajustadas às características das atividades desenvolvidas.

- h) Outras matérias.

A empresa não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora.

Finalmente aos clientes, fornecedores e parceiros é devida uma palavra de reconhecimento pela confiança depositada e pelo interesse e contribuição para o crescimento da **easypay**.

Lisboa, 29 de abril de 2024



Sebastião de
Lancastre

Gerência



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opiniao

Auditamos as demonstrações financeiras anexas de **Easypay - Institui ao de Pagamento, Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9 515 983,89 EUR e um total de capital próprio de 1365 339,30 EUR, incluindo um resultado líquido de 462 356,41 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opiniao, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Easypay - Institui ao de Pagamento, Lda.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na Uniao Europeia.

Bases para a opiniao

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opiniao.

Responsabilidades do Órgão de gestao pelas demonstrações financeiras

O Órgão de gestao é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na Uniao Europeia;
- elaboração do relatório de gestao nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

CASCAIS, MAGRO, ROQUE & AMARAL, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 50.000 € | NIPC 503 253 3161 CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta 11, Rua Abranches Ferrao, n.º 10- 6º G



DELEG. V. 1.0
Rua Soeiro Viegas, n.º21 - 2º Esq. B

0



- avaliaçao da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicavel, as materias que possam suscitar duvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposições ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a adequação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade as suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até a data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 2 de maio de 2024

Cascais, Magro, Roque & Amaral, SROC Lda.

Representado por:

Pedro Nuno Ramos Roque, ROC n.º 828

Registado na CMVM com o n.º:

20160456

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º21-2º Esq. B



RELATORIO E PARECER

DO

FISCAL UNICO

Exmos. Senhores Sócios da
EASYPAY- Instituição de Pagamento, Lda.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Gerência da **EASYPAY - Instituição de Pagamento, Lda.** (a Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e que compreendem o Relatório da Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Examinamos os registos e documentos contabilísticos, os quais se encontravam em boa ordem, em observância da lei e dos estatutos.

A apreciação dos documentos de prestação de contas e do Relatório da Gestão, permite-nos concluir que as demonstrações financeiras refletem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2023.

Assim, somos de parecer que:

- a) As contas apresentadas pela Gerência merecem aprovação;
- b) O Relatório da Gestão deve igualmente ser aprovado.

Lisboa, 2 de maio de 2024

Cascais, Magro, Roque & Amaral, SROC Lda.

Representada por

Pedro Nuvo Ramo JOC, 828

Registado na CMVM com o n.º: 20160456

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 - 2.º Esq. B

0

EASYPAY - Instituto de Pagamento, LDA.

Demonstra96es Financeiras
31 de Dezembro de 2023

22 de Abril de 2024

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO:			
Ativos fixos tangíveis	6	139 345,44	163 138,97
Ativos intangíveis	7	255 622,60	149 022,97
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8.6	44 987,70	52 154,47
Outros ativos não correntes	8.7	10 606,47	9 925,30
		450 562,21	374 241,71
Ativo corrente:			
Adiantamentos a fornecedores 342,40	8.5		22
Estado e outros entes públicos	8.2	154 344,19	143 659,18
Outras dívidas de terceiros	8.3	30 405,37	77 387,75
Outros ativos correntes	4.1/8.1	143 351,92	70 457,53
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	8 737 320,20	11 628 679,56
		9 065 421,68	11 942 526,42
		9 515 983,89	12 316 768,13
ITAL PRÓPRIO:			
Capital Social 000,00	9	125 000,00	125
Reservas legais	9	25 000,00	25 000,00
Outras reservas	9	639 226,24	632 364,16
Resultados transitados	9	111 129,39	13 833,40
Ajustamentos em ativos financeiros	9	2 627,26	2 627,26
Resultado líquido do período	9	462 356,41	547 295,99
		1365339,30	1 346120,81
Ativo não corrente:			

A

CA




ÓRGÃO DE GESTÃO



EASYPAY - Instituto de Pagamento, LOA.

Demonstra 6es Financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Montantes expressos em Euros)

PASSIVO:**Passivo nao corrente:****Passivo corrente:**

Fornecedores	8.5	105 127,34	174107,79
Estado e outros entes publicos	8.2	286 997,83	312 294,07
Financiamentos obtidos	8.8	80 658,48	88 344,48
Outros credores correntes	8.4	7 677 860,94	10 395 900,98
		8150 644,59	10 970 647,32
		8150 644,59	10 970 647,32
		9 515 983,89	12 316 768,13

0 CONTABILISTA CERTIFICADO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Prestação de serviços	10	4 086 998,74	3 896 920,92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8.6	(7166,77)	7 944,27
Fornecimentos e serviços externos	11	(2 046 557,95)	(2 040 119,60)
Gastos com o pessoal	12	(1 334 359,44)	(1 031 214,37)
Outros Proveitos	13	14 716,76	12 842,92
Outros Custos	14	(12 217,43)	(33 600,83)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		701 413,91	812 773,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	15	(87 170,08)	(82 606,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		614 243,83	730 166,86
Juros e gastos similares suportados	16	(967,62)	(497,75)
Resultado antes de impostos (EBT)		613 276,21	729 669,11
Imposto sobre o rendimento do período	17	(150 919,80)	(182 373,12)
Resultado líquido do período		462 356,41	547 295,99

O CONTABILISTA
CERTIFICADO

6RGAO DE GESTAO



Handwritten signature and stamp of the accountant. The stamp includes the identification number 206395299 and the number 15886, along with a circular logo featuring stars.

					(450 000,00)		(450 000,00)	(450 000,00)		
Distribui96es					547295,99		(547 295,99)			
Outras operai;oes					97 295,99		(547 295,99)	(450 000,00)		
	10							(450 000,00)		
Posl930 em 31-12-2023	11=6+7+8+10	9	125000,00	25 000,00	639226,24	111129,39	2627,26	462 356,41	1365339,30	1365339,30

EASYPAY- Instituit;,ao de Pagamento, LDA.

Demonstra96es Financeiras em 31 de dezembro de 2023
{Montantes expressos em Euros)

0 CONTABILISTA CERTIFICADO



20639'5 Z-9t *

I

ORGAO DE GESTAO

! * *

15 88 6* **

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2023	
31/12/2022 Fluxos de caixa das actividades operacionais - metodo directo			
Recebimentos de clientes		716 877,25	8 089 764,17
Pagamentos a fornecedores		(884 922,62)	(579 429,95)
Pagamentos ao pessoal		(1 266 431,67)	(910 126,23)
Caixa gerada pelas operac;oes		(1 434 477,04)	6 600 207,99
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(193 058,12)	(182 469,02)
Outros recebimentos/pagamentos		(677 771,26)	(735 169,37)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 305 306,42)	5 682 569,60

Fluxos de caixa das actividades de investimento**Pagamentos respeitantes a:**

Ativos fixos tangíveis		(18 855,20)
Ativos intangíveis	(131 967,08)	(17 997,56)

Recebimentos provenientes de:

Ativos fixos tangíveis		5 500,00
Investimentos financeiros		990,37
Juros e rendimentos similares	24,75	4,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(125 451,96)	(36 848,26)

Fluxos de caixa das actividades de financiamento
Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos	
Dividendos	

Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)**Variac;ao de caixa e seus equivalentes (1+2+3)**

Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo

Caixa e seus equivalentes no fim do periodo
=====

0 CONTABILISTA CERTIFICADO

2063902*

8JJ11,

/

I*

1sea1)

6RGAO DE GESTAO



Anexo

1. IDENTIFICA<;AO DA ENTIDADE

A EASYPAY - Institui9ao de Pagamento, LOA. e uma sociedade por quotas, constituída a 18 de Setembro de 2000, com sede em Lisboa, e tem como atividade principal Outras Atividades Servi9os Apoio Prestados as Empresas N.E.

O capital social e representado por 125.000,00 euros, encontrando-se realizado na totalidade, repartido pelos socios Sebastiao Jose Lancastre (93%) e Bestinver, S.A (7,0%). Em Dezembro de 2015 verificou se uma transmissao da quota do socio Sebastiao Manuel Lancastre para uma quota conjunta detida por Margarida Maria da Camara Ribeiro Ferreira de Lancastre, Sebastiao Jose Ribeiro Ferreira de Lancastre, Ana Filipa Ribeiro Ferreira de Lancastre, Pedro Ribeiro Ferreira de Lancastre, Teresa Maria Ribeiro Ferreira de Lancastre e Miguel Ribeiro Ferreira de Lancastre. Em Margo de 2019 verificou-se uma aquisi9ao de 7% das quotas por parte da sociedade Fidentiis Gestion S.G.1.1.C. S.A. Em Junho 2019 ocorreu a transmissao da quota conjunta para o socio Sebastiao Jose Lancastre. Em Junho de 2021 ocorreu a transmissao desta quota (7%) para a Bestinver Gestion S.A Gestora de Instituciones de Inversion Coletiva e, em Julho 2021, a transmissao para a Bestinver, S.A.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARA<;AO DAS DEMONSTRA<;OES FINANCEIRAS

2.1. As demonstra9oes financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operac;oes a partir dos livros e registos contabilfsticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela Uniao Europeia, em vigor para exercfcios econ6micos iniciados em 1 de Janeiro de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpreta;oes - IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelo Standards Interpretation Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela Uniao Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpreta;oes serao designados genericamente por "IAS/IFRS".

2.2. O conteudo das contas das demonstrac;oes financeiras e comparavel com o do ano anterior. A partir de 2016, a Easypay passou a adotar pela primeira vez o novo referencial contabilfstico IAS/IFRS.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As principais polfticas contabilfsticas adotadas pela Entidade na prepara9ao das demonstrac;oes financeiras anexas sao as seguintes:

3.1.1. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No ambito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informa9ao de que disp6e e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negocio. Da avalia9ao resultou que o neg6cio tem condic;oes de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. PRESSUPOSTO DO ACRESCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. CONSISTENCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma IFRS. Assim, o rendimento deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rendimento mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.2. POLÍTIAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das reavaliações e registado no capital próprio como excedente de reavaliação, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das reavaliações são registadas diretamente em excedentes de reavaliação até a concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de reavaliação do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo reavaliado é desreconhecido, o excedente de reavaliação incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é reavaliado, todos os bens da sua classe são reavaliados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (despesas subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifício e Outras Construções	5 a 20 anos
Equipamento básico	1 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Administrativo	3 a 8 anos

3.2.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as despesas com atividades de pesquisa reconhecidas como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Propriedade Industrial Outros Ativos	3 anos
Intangíveis Programas de	3 anos
Computador	1 ano

3.2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

INVESTIMENTOS

Os investimentos detidos pela Empresa são classificados como segue:

Investimentos disponíveis para venda: incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores.

Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se a gerência tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago incluindo as despesas de transação, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor" incluída na rubrica "Outras reservas" até o investimento ser vendido ou recebido ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momentânea em que a perda acumulada é transferida para a demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes, de outros devedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzido de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas", para que os ativos reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

EMPRESTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

CONTAS A PAGAR

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.2.4. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigac;6es presentes que resultam de contratos onerosos s6o reconhecidas e mensuradas como provis6es, existindo um contrato oneroso quando a Entidade e parte integrante das disposic;6es de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que n6o sejam possfveis de evitar, os quais excedem os benefcios econ6micos derivados do mesmo.

As provis6es que resultem de materias ambientais s6o reconhecidas e mensuradas como provis6o de acordo com a obrigac;6o relacionada.

Os passives contingentes n6o s6o reconhecidos nas demonstrac;6es financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma safda de recuses englobando benefcios econ6micos n6o seja remota. Os ativos contingentes n6o s6o reconhecidos nas demonstrac;6es financeiras, sendo divulgados apenas quando for provavel a existencia de um influxo econ6mico futuro de recuses.

3.2.5. RECONHECIMENTO DO REDITO

O redito compreende o justo valor da contraprestac;6o recebida ou a receber pela prestac;6o de servic;os decorrentes da atividade normal da Entidade. O redito e reconhecido lfquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece redito quando este pode ser razoavelmente mensuravel, seja provavel que a Entidade obtenha benefcios econ6micos futuros, e os criterios especificos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos s6o reconhecidos na data da realizac;6o da prestac;6o dos servic;os, ou seja, quando incorre nos gastos necessaries para a execuc;6o dos mesmos, se necessario recorre-se do metodo da percentagem de acabamento ou do metodo do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestac;6o de servic;os.

Os juros recebidos s6o reconhecidos atendendo ao pressuposto do acrescimo, tendo em considerac;6o o montante em dfvida ea taxa efetiva durante o perfodo ate 6 maturidade.

Os dividendos s6o reconhecidos como outros ganhos e perdas lfquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do redito n6o e considerado como razoavelmente mensuravel ate que todas as contingencias relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados hist6ricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transac;6o e a especificidade de cada acordo.

3.2.6. SUBSIDIOS

Os subsfdios do Governo apenas s6o reconhecidos quando uma certeza razoavel de que a Entidade ira cumprir com as condic;6es de atribuic;6o dos mesmos e de que os mesmos ir6o ser recebidos.

Os subsfdies do Governo associados 6 aquisic;6o ou produc;6o de ativos n6o correntes s6o inicialmente reconhecidos no capital pr6prio, sendo subsequentemente imputados numa base sistematica



(preporcionalmente as deprecia96es dos ativos subjacentes) como rendimentos do perfodo durante as vidas uteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subs[dios do Governo sao, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de urna forma sistematica durante os perfodos necessaries para os balancear com os gastos que e suposto compensarem. Subsfdios do Governo que tern por finalidade compensar perdas ja incorridas ou que nao tern gastos futuros associados sao reconhecidos coma rendimentos do perfodo em que se tornam recebfveis.

3.2.7. BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

Os beneffcios do emprego classificam-se em: i) beneffcios de curto prazo; ii) beneffcios de medio e longo prazo; iii) outros beneffcios p6s-emprego; e iv) beneffcios de cessa9ao.

a) Beneffcios de curto-prazo

Os beneffcios de curto prazo incluem salaries, ordenados, contribui96es para a Seguranga Social, licenga por doen9a, participa9ao nos lucres e gratifica96es (pagos dentro dos 12 meses) e beneffcios nao monetarios (cuidados medicos, alojamento, autom6veis e bens ou servigos gratuitos).

O gasto relative a participa96es nos lucres e/ou gratifica96es e relevado dentro do perfodo em que o trabalhador prestou o seu contribute (desde que exista uma obriga9ao presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Beneffcios de medio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os beneffcios relacionados com licenga de longo servi90, jubileu ou outros beneffcios de longo servi90, beneffcios de invalidez de longo prazo, e se nao foram liquidaveis dentro de 12 meses, a participa9ao nos lucres, gratifica96es e remunera96es diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passive relative ao beneffcio a medida que os trabalhadores vao adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros beneffcios

Sao ainda considerados beneffcios p6s-emprego as seguintes rubricas: pensoes, outros beneffcios de reforma, seguros de vida p6s-emprego e cuidados medicos p6s-emprego.

d) Beneffcios de cessa9ao

Resultam de beneffcios pagos em consequencia da decisao da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisao de um empregado de aceitar a safda voluntaria em troca desses beneffcios.

e) Beneffcios de remunera9ao em capital pr6prio

Resulta do direito a receber por parte do empregado, instrumentos de capital pr6prio emitidos pela Entidade, ou do facto do valor da obriga9ao a pagar aos empregados depender do pre90 future de instrumentos financeiros de capital pr6prio emitidos pela mesma.



3.2.8. IFRS16 - LOCA OES

A Sociedade adotou a aplica9ao da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, nao tendo procedido a reexpressao dos valores comparativos.

A principal altera9ao implementada pela IFRS 16, face a IAS 17, reside na classifica9ao e no reconhecimento das loca9oes nas demonstra96es financeiras dos locatarios, eliminando a anterior distir;ao de tratamento contabilfstico existente entre loca9oes operacionais e loca9oes financeiras e substituindo-a por um unico modelo de reconhecimento.

Face a esta altera9ao, no infcio de um contrato, as entidades devem avaliar se este constitui, ou contem, uma loca9ao, o que implica comportar o direito de controlar a utiliza<;ao de um ativo identificado durante um certo perfodo de tempo, em troca de uma retribuio9ao. Perante um contrato de loca9ao, o locatario deve reconhecer um ativo sob direito de uso e um passivo da locaio;ao, ou seja, tratar o reconhecimento sob a forma de loca9ao financeira. Ao inves a IAS 17 permitia tambem o reconhecimento do contrato como locagao operacional, em que os gastos com a presta9ao peri6dica sao considerados em resultados assim que os pagamentos sao efetuados ou devidos.

O ativo sob direito de uso e mensurado inicialmente pelo seu custo, o qual deve incluir: (a) o montante da mensura9ao inicial do passivo da loca9ao; (b) quaisquer pagamentos de loca9ao efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzindo os incentivos a loca9ao recebidos; (c) quaisquer custos diretos incorridos no infcio do contrato; e (d) uma estimativa dos custos de desmantelamento, remo9ao ou restauro do ativo. O passivo da loca9ao e mensurado pelo valor presente dos pagamentos de loca9ao que nao estejam pagos nessa data. Os pagamentos de loca9ao devem ser descontados segundo a taxa de juro implfcita na loca9ao, se essa taxa puder ser facilmente determinada.

Subsequentemente o locatario deve mensurar o ativo sob direito de uso aplicando um modelo do custo, exceto no caso de bens locados reconhecidos como propriedades de investimento ao justo valor, no ambito da IAS 40 Propriedades de Investimento, e ativos fixos tang fveis aos quais se aplique o modelo de revaloriza9ao da IAS 16 Ativos Fixos Tangfveis. O locatario deve aplicar os requisitos de deprecia9ao previstos na IAS 16 Ativos Fixos Tangfveis ao depreciar o ativo sob direito de uso. O locatario deve tambem aplicar a IAS 36 Imparidade de Ativos para determinar se o ativo sob direito de uso esta ou nao em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada.

A sociedade optou por nao aplicar estes requisitos no caso de contratos de loca9ao a curto prazo (inferior a 12 meses), assim como em contratos de loca9ao em que o ativo subjacente seja de reduzido valor.

No Balan9o sao apresentados os ativos sob direito de uso no ativo nao corrente e os passivos da loca9ao no passivo corrente e/ ou no passivo nao corrente, dependendo da maturidade das responsabilidades. Os ativos sob direito de uso podem ser apresentados como ativos fixos tangfveis e os que cumpram a defini9ao de propriedade de investimento sao apresentados como tal.

Em relagao as contas a utilizar, a contabiliza9ao desse ativo nao corrente ocorre na conta 43 - "Ativo fixo tangfvel" ou na conta 42 - "Propriedades de investimento", conforme a situa9ao. Relativamente a contabilizagao do passivo das loca9oes, ocorre na conta 2513 - "Financiamentos obtidos - Institui96es de credito e sociedades financeiras - Loca96es financeiras

Na demonstraçao de resultados, a sociedade apresenta o gasto com juros relativo ao passivo e o gasto com a depreciac;ao do ativo sob direito de uso, sendo o primeiro uma componente dos gastos de financiamento.

Na demonstraçao dos fluxes de caixa, tanto a amortizac;ao do capital coma os juros pagos serao atualmente considerados coma fluxes de atividades de financiamento.

Antes da entrada em vigor da IFRS 16, o tratamento contabilfstico das locac;oes operacionais passava somente pela apresentac;ao do gasto com as rendas na rubrica de fornecimentos e servic;os externos e o respetivo pagamento era reconhecido coma fluxo de atividades operacional.

No final de um contrato de locac;ao, os gastos totais tendem a ser identicos em ambos os modelos, contudo, com a aplicac;ao da IFRS 16 haverá uma distribuic;ao mais assimetrica dos mesmos ao longo do perfodo da locac;ao, dividida entre depreciac;ao e juros, em oposic;ao ao anterior reconhecimento linear do gasto com as rendas de cariz unicamente operacional.

Importa salientar que, em termos fiscais, a sociedade considerou coma gasto fiscal aceite as depreciac;oes contabilfsticas respeitantes aos direitos de uso (decorrentes da aplicac;ao da IFRS 16), contrariamente ao estabelecido na Circular n.º 7/2020 da Autoridade Tributaria e Aduaneira, que estabelece que o perfodo de vida util dos ativos sob direito de uso seja determinado atendendo as taxas das tabelas I e II dos ativos subjacentes, do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

3.2.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do perfodo corresponde a soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos sao registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital pr6prio, nestes casos os impostos diferidos sao igualmente registados nas respetivas rubricas do capital pr6prio.

O imposto corrente a pagar e baseado no lucro tributavel do perfodo. O lucro tributavel difere do resultado contabilfstico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serao dedutvfveis ou tributaveis em outros perfodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serao dedutvfveis ou tributaveis.

Os impostos diferidos referem-se as diferenc;as temporarias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relate contabilfstico e os respetivos montantes para efeitos de tributac;ao.

Os passivos por impostos diferidos sao reconhecidos para todas as diferenc;as temporarias tributaveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenc;as temporarias dedutvfveis, porem tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoaveis de lucros tributaveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenc;as temporarias tributaveis que se revertam no mesmo perfodo de reversao das diferenc;as temporarias dedutvfveis. Em cada data de relato e efetuada uma revisao desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em func;ao das expectativas quanta à sua utilizac;ao futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos sao mensurados utilizando as taxas de tributac;ao que se espera estarem em vigor a data da reversao das correspondentes diferengas temporarias, com base nas taxas de tributac;ao (e legislac;ao fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relate.



A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Entidade tem um direito legal de proceder a compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Entidade tem a intenção de proceder a compensação para efeitos de liquidação.

3.3. JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 e em 31/12/2022 detalha-se conforme se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	0,80	0,80
Depósitos à ordem	8 692 319,40	11 583 678,76
Depósitos a prazo	45 000,00	45 000,00
	<u>8 737 320,20</u>	<u>11 628 679,56</u>

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1. ALTERAÇÃO EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

A entidade alterou a sua política contabilística em 2016 conforme descrito na nota 2).

5.2. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.3. ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materiais em períodos anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

EASYPAY- Institui ao de Pagamento, LOA.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Montantes expressos em Euros)

	Ativo bruto						
	Saldo em 01-01-2022	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2022	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2023
Edifícios e outras construções	40 523,73	18 855,20		59 378,93			59 378,93
Direitos Uso - Edifícios e outras construções	273 071,46	49 408,00		322 479,46	49 408,00		371 887,46
Equipamento básico	216 324,91	8 614,83		224 939,74	3 705,68		228 645,42
Equipamento de transporte	30 071,55	17 997,56		48 069,11		(8140,00)	39 929,11
Direitos Uso - Equipamento de transporte	67 028,25		(67 028,25)				
Equipamento administrativo	10 599,51			10 599,51			10 599,51
Direitos Uso - Equipamento administrativo		23 823,00		23 823,00			23 823,00
	<u>637 619,41</u>	<u>118 698,59</u>		<u>734 263,43</u>			
	(67 028,25)	689 289,75					
	5 3 11 3 6 0						
	(8 1 40 0 0)						

Depreciações acumuladas

	Abates e Aumentos alienações	Saldo em 31-12-2022	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2023
Edifícios e outras construções				
Direitos Uso - Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transportes				
Direitos Uso - Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Direitos Uso - Equipamento administrativo				

A		Saldo em 01-01-2022	Ativo bruto
t		Depreciações acumuladas	Saldo em 31-12-2023
i			
v			
o			
s			
f			
i			
x			
o			
s			
t			
a			
n			

g
l
v
e
i
s
V
a
r
i
a
g
6
e
s

Saldo em 01-01-2022
Ativo bruto
Depreciações acumuladas
Saldo em 31-12-2023

	Variações			Saldo em 31-12-		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas		2023		
Edifícios e outras construções	14 084,68	18 855,20	(1 937,49)	31 002,39	(3 054,88)	27 947,51
Direitos Uso - Edifícios e outras construções	70 010,00	49 408,00	(50 160,00)	69 258,00	(50 160,00)	68 506,00
Equipamento básico	30 253,88	8 614,83	(13 202,05)	25 666,66	(3 705,68)	16 131,40
Equipamento de transporte	2 284,53	17 997,56	(4 909,17)	15 372,92	(8 140,00)	10 873,53
Direitos Uso - Equipamento de transporte	10 295,00		(10 295,00)			
Equipamento administrativo	(0,00)			(0,00)		(0,00)
Direitos Uso - Equipamento administrativo	(0,00)	23 823,00	(1 984,00)	21 839,00	(5 952,00)	15 887,00
	126 928,09	118 698,59	(82 487,71)	163 138,97	(68 767,21)	139 345,44

As rubricas referentes aos direitos de uso resultam da aplicação da IFRS 16.

Importa salientar que, em termos fiscais, a sociedade considerou como gasto fiscal aceite as depreciações contabilísticas respeitantes aos direitos de uso (decorrentes da aplicação da IFRS 16), contrariamente ao estabelecido na Circular n.º 7/2020 da Autoridade Tributária e Aduaneira, que estabelece que o período de vida útil dos ativos sob direito de uso seja determinado atendendo as taxas das tabelas I e II dos ativos subjacentes, do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

Demonstração Financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Montantes expressos em Euros)

	Alivo bruto							
	Saldo em 01-01-2022	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2022	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correções e transf.	Saldo em 31-12-2023
Programas de Computador	65,04	4 275,00		4 340,04	62 682,50			67 022,54
Propriedade Industrial	930,16			930,16				930,16
Ativos intangíveis em curso	137 625,71			137 625,71	80 910,00		(26 730,00)	191 805,71
	138 620,91	4 275,00		142 895,91	143 592,50		(26 730,00)	259 758,41
	Amortizações acumuladas		Aumentos			Abates e alienações	Correções e transf.	Saldo em 31-12-2023
	Saldo em 01-01-2022							
	Aumentos							
	Abates e alienações							
	Saldo em 31-12-2022							
Programas de Computador	65,04	118,74		183,78	10 262,87			10 446,65
Propriedade Industrial	929,16			929,16				929,16
	994,20	118,74		1112,94	10 262,87			11 375,81
	Ativos Intangíveis							
	Saldo em 01-01-2022	Alivo bruto	Amortizações acumuladas	Saldo em 31-12-2022	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2023
Programas de Computador		4 275,00	(118,74)	4 156,26	62 682,50	(10 262,87)		56 575,89
Propriedade Industrial	1,00			1,00				1,00
Ativos intangíveis em curso	137 625,71	7 240,00		144 865,71	54 180,00			199 045,71
	137 626,71	11 515,00	(118,74)	149 022,97	116 862,50	(10 262,87)		255 622,60

Encontra-se registado nesta rubrica o valor de ativos intangíveis em curso (78505,71 euros) referente ao projeto Aby pay, (33 480 euros) ao projeto WebApp desenvolvidos pela Easypay, e existe também referente ao projeto onboarding (67060 euros) e Design Discovery Phase o valor de (20 000 euros).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

8.1. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica "ativos financeiros" em 31/12/2023 e 31/12/2022:

ATIVOS FINANCEIROS	2023		2022	
	Montante bruto	Montante líquido	Montante bruto	Montante líquido
BCP	14 710,58	14 710,58	7 848,50	7 848,50
	14 710,58	14 710,58	7 848,50	7 848,50

Apresentamos de seguida a decomposiçao dos diferimentos ativos em 31/12/2023 e 31/12/2022:

	2023	2022
Rendas	12 900,00	
Informatica	9 034,13	6 401,14
Seguros	65 350,24	40 601,22
Outros	41 356,97	15 606,67
	128641,34	62 609,03

8.2. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposiçao da rubrica "estado e outros entes publicos" em 31/12/2023 e 31/12/2022:

	2023	2022
Autoridade tributaria	108 921,03	129751,79
Seguranc;a social	23 732,61	38883,10
	132 653,64	168 634,89
Saldos devedores		
IRC - A recuperar	154 344,19	143659,18
	154 344,19	143 659,18
Saldos credores		
Corrente		
IRC -Apagar	150 919,80	182373,12
IRS- Retençao impastos/rend.	17 339,00	24 608,25
IVA-Apagar	95 006,42	66 429,60
Contribuiçao p/ Seg. Social	23 732,61	38883,10
	286 997,83	312 294,07

Nao existem pagamentos em atraso ao Estado. Os montantes apresentados correspondem a valores apurados no mes de Dezembro de 2023.

8.3. OUTRAS DIVIDAS DE TERCEIROS

Apresentamos de seguida a decomposiçao das "outras contas a receber" em 31/12/2023 e 31/12/2022:

S&T

	2023		2022	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores	5161,91	5 161,91	3144,65	3 144,65
Pessoal	225,46	225,46		
SSL			32 107,52	32 107,52
Caugao Credorax	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00
Outros	18,00	18,00	17 135,58	17135,58
	30 405,37	30 405,37	77 387,75	77 387,75

8.4. OUTROS CREDORES CORRENTES

Apresentamos de seguida a decomposi9ao dos "outros credores correntes" em 31/12/2023 e 31/12/2022:

	2023		2022	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Pessoal	1 268,25	1 268,25	243,40	243,40
Credores por acrescimos de gastos	55 829,30	55 829,30	206 516,49	206 516,49
Remunerag6es a pagar ao pessoal	169 847,88	169 847,88		
Outros credores	7 450 915,51	7 450 915,51	10 188 655,88	10 188 655,88
	7 677 860,94	7 677 860,94	10 395 415,77	10 395 415,77

O valor apresentado em Credores por Acrescimos de Gastos corresponde as remunerag6es a liquidar e a gastos de 2023.

Na rubrica de "outros credores" encontram-se registados os montantes pertencentes a clientes e que sao devolvidos em meses futuros. Estes montantes sao considerados como montantes em transito nas contas da Easy pay.

DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposi9ao dos diferimentos passivos em 31/12/2023 e 31/12/2022:

	2023	2022
Rendimentos a reconhecer		485,21
		485,21

8.5. FORNECEDORES

Apresentamos de seguida a decomposi9ao dos fornecedores em 31/12/2023 e 31/12/2022:

SJA

	2023		2022	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores - conta corrente	105127,34	105 127,34	174107,79	174107,79
Adiantamentos a fornecedores			(22 342,40)	(22 342,40)
	105127,34	105127,34	1_5_1_7_6_5_3_9	1_5_1_7_65_3_9

8.6. PARTICIPACOES FINANCEIRAS - EQUIVALE:NCIA PATRIMONIAL

No dia 29/03/2019, a Easypay adquiriu uma participa9ao de 12% da entidade SSL sedeadada na Rua Soares dos Passos n.º12, 4º Andar, Lisboa.

A estrutura da empresa participada pela Easypay encontra-se como se segue a 31/12/2023 e 31/12/2022:

Mensura,;,ao	% Participa;ao	Sede	Ano	Total ativo	Total passivo	Rendimentos	Gastos	Resultado Liquido
MEP	12,00%	Lisboa	2022	1193 280,25	758 659,66	246 791,80	156 942,36	65 800,24
MEP	12,00%	Lisboa	2023	1 061 424,19	686 526,69	148 605,73	209 629,57	(59 723,09)

Durante o exercfcio findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido nas rubricas "Participa96es financeiras - Equivalencia patrimonial" foi o seguinte:

	2023	2022
	MEP	MEP
Participa96es financeiras:		
SSL	<u>44 987.70</u>	<u>52 154.47</u>
	<u>44 987.70</u>	<u>52154.47</u>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a Empresa evidenciava os seguintes ganhos/perdas imputados de subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	2023	2022
	MEP	MEP
Partici		
pa9	<u>(7 166.77)</u>	<u>7 944.27</u>
6es	<u>(7 166.77)</u>	<u>7 944.27</u>
fin		
na		
nce		
iras		
:		
SS		
L		

Os saldos abaixo referidos dizem respeito a operações efetuadas entre a Easypay e a SSL durante o ano 2023 e 2022:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
Adiantamento a fornecedores	Outras Contas receber/pagar	Adiantamento a fornecedores	Outras Contas receber/pagar	
SSL			22 342,40	32 107,52
			22 342,40	32 107,52

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Compras SSL	184 500,00	146 274,80
	184 500,00	146 274,80

8.7. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 2023 o valor de 10 606,47(9 925,30 euros em 2022) contabilizado em outros ativos não correntes e relativo ao fundo de compensação do trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

8.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2023 a Empresa evidenciava os seguintes financiamentos, referentes a operações financeiras derivadas da aplicação da IFRS 16:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contrato Arrendamento Escritório	64 341,00	66 401,00
Contrato NEWRENT 0105566	<u>16 317,48</u>	<u>21 943,48</u>
	80 658,48	88 344,48

9. INSTRUMENTOS CAPITAL PRÓPRIO

Apresentamos de seguida a decomposição do capital próprio em 31/12/2023 e 31/12/2022:

	2023	2022
Capital	125 000,00	125 000,00
Reservas	664 226,24	657 364,16
Resultados transitados	111 129,39	13 833,40
Ajustamentos em ativos financeiros	2 627,26	2 627,26
Subtotal	902 982,89	798 824,82
Resultado lquido do perfodo	462 356,41	547 295,99
Total	1365339,30	1 346120,81

Capital social

O capital social € de 125.000,00 euros e encontra-se totalmente realizado.

Reserva legal

De acordo com o artigo 295.ª do C6digo das Sociedades Comerciais, a reserva legal nao pode ser inferior a 20% do capital social, devendo para tal ser transferido para esta rubrica pelo menos 5% do resultado liquido ate perfazer o limite mnimo exigido. Em 2017 a variac;ao desta rubrica deve-se a aplica9ao de parte do resultado de 2016 conforme descrito no paragrafo infra "aplica9ao de resultados", totalizando a 31/12/2018 o valor de 25 000,00 euros.

Reservas

A 31/12/2023 esta rubrica apresenta o valor de 664 226,24 euros devido a distribui9ao aos s6cios do valor de 450 000 euros conforme deliberado na ata de aplica9ao de resultados de 2022 e devido a varia9ao do justo valor das ac;5es do BCP no montante de 6 862,08 euros.

Aplicac;ao de resultados

Em 2023 foi deliberado em Assembleia Geral que o resultado lquido do exercfcio de 2022 no montante de 547 295,99 euros, fosse distribufdo aos s6cios no montante de 450 000 euros e o valor remanescente 97 295,99 euros fosse transferido para resultados transitados.

10. PRESTAc;Ao DE SERVICOS

O redito reconhecido pela Entidade em 31/12/2023 e em 31/12/2022 € detalhado conforme se segue:

	2023	2022
	Valor nominal	Valor nominal
Prestac;ao de servic;os		
Comiss6es	4 079 446,01	3 885 414,96
Pacotes	7 552,73	11 505,96
	4 086 998,74	3 896 920,92

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os registos em fornecimentos e serviços externos ocorreram conforme segue:

	2023	2022
Trabalhos especializados	492 385,90	526 226,63
Serviços bancários	1 329 514,00	1315942,80
Publicidade e propaganda	32 566,50	12 519,99
Honorários	20 905,12	26162,16
Comissões	47 595,90	42 581,26
Conservação e reparação	7 712,06	3 914,52
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	3 273,50	6 808,78
Material de escritório	3 981,42	7125,85
Artigos de oferta	5131,35	9 207,79
Electricidade	4119,19	3 052,78
Combustíveis	1 844,72	4 816,86
Água	829,56	829,56
Deslocações e estadas	9615,12	10 304,71
Rendas e aluguéis	1 191,40	2 057,22
Comunicação	9 616,04	9112,10
Seguros	28 416,32	26 458,33
Contencioso e notariado	1151,85	109,31
Despesas de representação	22 577,52	27 762,50
Limpeza, higiene e conforto	5 126,98	5126,45
Outros serviços	19 003,50	
	2 046 557,95	2040119,60

12. GASTOS COMO PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 e em 31/12/2022 foi de 28 e 27 pessoas respetivamente:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	1069 775,32	805 877,57
Encargos sobre remunerações	240 893,62	187 797,97
Indemnizações	2 000,00	4 230,00
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	6 957,80	6511,96
Outros gastos com o pessoal	14 732,70	26 796,87
	1334 359,44	1 031 214,37

13. OUTROS PROVEITOS

Os registos em outros rendimentos e ganhos ocorreram conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros rendimentos e ganhos	14 692,01	12 830,30
Juras, dividendos e outros rendimentos similares	2_4,7_5 14 716,76	<u>12,62</u> 12 842,92

14. OUTROS CUSTOS

Os registos em outros gastos e perdas ocorreram conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos	251,44	675,52
Outros gastos e perdas	11 965,99	32 925,31
	12 217,43	33 600,83

15. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Os registos em depreciações e amortizações ocorreram conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	3054,88	1 937,49
Direito Uso - Edifícios e outras construções	50160,00	50 160,00
Equipamento básico	13240,94	13 202,05
Equipamento de transporte	4499,39	10 699,17
Direito Uso - Equipamento de transporte		4 505,00
Equipamento administrativo	5 952,00	1 984,00
Direito Uso - Equipamento administrativo		118,74
	76907,21	82 606,45
Ativo intangíveis		
PROGRAMAS DE COMPUTADOR	10262,87	65,04
PROPRIEDADE INDUSTRIAL		929,16
	10262,87	994,20
	87170,08	83 600,65

16. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os registos em gastos de financiamento ocorreram conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	967,62	497,75
	<u>967,62</u>	

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, cases estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade de 2020 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais daquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2023.

	2023	2022
Imposto corrente	150 919,80	182 373,12
	150 919,80	182 373,12
Reconciliação da taxa efectiva de imposto		
	2023	2022
Resultado antes de impostos	613 276,21	729 669,11
Acrescimos à matéria colectável		
Correcções exercícios anteriores	7 178,14	483,74
Multas, coimas, juros compensatórios	3 364,70	953,00
Encargos não devidamente documentados	146,77	30 945,27
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor		2 354,58
Mais-valias fiscais	5 500,00	
MEP - Metodo Equivalencia Patrimonial	7 166,77	
Outros	25 521,45	22 205,65
Deduzições à matéria colectável		
Excesso da estimativa para impostos	(0,01)	
Mais-valias contabilísticas	(5 500,00)	
MEP - Metodo Equivalencia Patrimonial		(7 896,03)
Benefícios Fiscais	(570,00)	(270,00)
Resultado fiscal	656 084,03	778 445,32
Coleta	656 084,03	778 445,32
Imposto efetivo	135 777,65	162 473,52
Derrama	9 841,26	11 676,68
Tributações Autónomas	5 300,89	8 222,92
Imposto corrente	150 919,80	182 373,12

18. OUTROS AVALES E GARANTIAS BANCARIAS PRESTADAS

Em Outubro de 2023, a entidade deixou de ter a garantia da EMEL prestada resultante de contratação pública no montante de 45.000€

19. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram quaisquer acontecimentos após a data do balanço, não havendo lugar a qualquer divulgação ou ajustamento às demonstrações financeiras.

20. ATIVO CONTINGENTE

A 11 de Março de 2020 a entidade Easypay apresentou uma queixa-crime às respetivas entidades emissoras dos cartões utilizados para fazer os pagamentos bem como a autoridades policiais contra o

cliente Words Euphoria no seguimento da reclamação de 367 transações da words euphoria pelos clientes desta.

Desconhecendo a natureza ilícita da atividade prosseguida pela Words Euphoria, a Easypay processou os pagamentos/recebimentos das transações comerciais efetuadas através da loja virtual da words euphoria creditando esses valores, deduzidos da comissão de serviço, na conta bancária da Words Euphoria que, naquela data, ascendiam a 302 600€.

Contudo, por efeito das reclamações e queixas dos ordenantes desses pagamentos, fundamentadas na não entrega pela Words Euphoria e, onsequentemente, na não recebimento dos produtos adquiridos a esta, transmitidas à Easypay pelos prestadores de serviços de pagamentos dos ordenantes, bem como o facto de a Words Euphoria não proceder ao reembolso das quantias recebidas dos reclamantes, a Easypay teve de proceder à devolução das quantias reclamadas pelos ordenantes dos pagamentos, ao abrigo das regras legais aplicáveis à atividade que desenvolve e das regras dos sistemas dos cartões Visa e Mastercard utilizados pelos ordenantes nos pagamentos efetuados.

A Easypay sofreu assim um dano patrimonial no montante de 161.098,76€ na medida em que não foi reembolsada dos valores dos pagamentos/recebimentos das transações efetuadas fraudulentamente pela Words Euphoria.

Nos termos previstos no artigo 483º do Código Civil "aquele que com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

Desta forma, a Easypay apresentou o pedido de indemnização civil as entidades competentes no montante de 161.098,76€. Sobre o montante em dívida à Easypay vencem-se nos termos previstos no artigo 805º, nº2, alínea b) do Código Civil, juros de mora à taxa legal de 7% relativamente a 307 dias os quais desde a data da última transação ilícita até à data do pedido de indemnização totalizam o montante 9.484,96€, o que perfaz o total de 170.583,72€

21. OUTRAS DIVULGAÇÕES

A empresa apresenta a sua situação regularizada não existindo igualmente dívidas fiscais para com a Autoridade Tributária e Aduaneira nem para com a Segurança Social.

Os honorários do Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único) foram de 9.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

O CONTABILISTA CERTIFICADO


20.63,9' 52
15886

ÓRGÃO DE GESTÃO

